

Armando Boito Jr.

# REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

OS CONFLITOS DE CLASSE  
NOS GOVERNOS DO PT

editora  
UNICAMP

editora  
unesp

## *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*

*São Paulo: Unicamp/Unesp, 2018.  
Armando Boito*

Penildon Silva Filho<sup>1</sup>

O livro *Reforma e crise política no Brasil*, de Armando Boito Jr., foi lançado pelas editoras da Unicamp e Unesp em 2018, e reúne uma série de artigos do autor, alguns em parceria com colegas de pesquisa, criando uma linha histórica dos governos do PT na presidência da república, tanto do período de Lula quanto de Dilma.

Os artigos foram publicados ao longo de alguns anos, resultado de pesquisa de um projeto temático coordenado pelo autor e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com análises desde o início dos governos petistas, em 2007, até o ano do golpe que derrubou a presidenta Dilma em 2016. Essa sequência de artigos permite verificar uma evolução, um amadurecimento na análise dos autores, passando de uma percepção de que seriam governos basicamente neoliberais, uma mera continuidade dos governos de Fernando Henrique Cardoso, para serem governos de coalizão de frações classe com uma vertente “neodesenvolvimentista”.

São artigos que apresentam quadros de análises que vão se desenvolvendo e sofisticando à medida que os governos do PT vão atravessando os anos, num esforço muito bem-vindo de compreensão das relações de classe desses governos com a burguesia e suas frações e das relações de classe dentro dos governos e do Estado, com uma análise da burguesia não tomada de forma homogênea e indistinta, ou apenas classificada

como uma suposta “elite” que estaria em contraposição a “governos populares de esquerda”, estas últimas análises simplificadoras que muitas vezes inundam as publicações em tempos de embate político e que servem apenas como recurso retórico para a disputa de opiniões na arena da política pública.

O conjunto de artigos, que trabalha de maneira didática, clara e apurada com um referencial teórico marxista gramsciano e de Nicos Poulantzas, consegue identificar muito bem as frações de classe da burguesia antes, durante e depois dos governos petistas, seus interesses conflitantes e seus interesses conjunturalmente convergentes (entre si e com os governos do PT). A grande contribuição de Armando Boito Jr. se dá na superação definitiva do conceito de “burguesia nacional”, antiga concepção do PCB antes do golpe civil militar, que era uma burguesia com interesses nacionalistas e em contradição explícita com os interesses do imperialismo, e que por isso seria aliada, mesmo que temporária, dos setores populares e da classe trabalhadora no Brasil, numa visão etapista de transição para o socialismo. Mas essa superação de uma visão até romântica de “burguesia nacional” não implicou defender a tese de que a classe dominante no Brasil seria hoje completamente associada aos interesses imperialistas de forma monolítica e coesa. Tomou-se como linha de investigação na pesquisa empreendida estudar essa mesma classe dominante em suas frações, com interesses antagônicos entre si em várias pautas e com a convergência de interesses com os setores populares em determinados momentos.

Não se trata aqui de abandonar o “romantismo” de sonhar com uma burguesia nacional anti-imperialista do antigo PCB, anterior ao golpe de 1964, e aliada do proletariado, por outro romantismo de uma aliança permanente e estratégica de frações da burguesia com as classes trabalhadoras em torno de um projeto desenvolvimentista. Trata-se de identificar como, na conjuntura, os interesses de frações de classe da burguesia se expressam de forma a criar alianças mais ou menos pontuais entre segmentos sociais que estão de forma diferente inseridos na produção econômica, na divisão internacional do trabalho e no aparelho de Estado, e que criaram alianças com os setores populares quando melhor lhe convinha na luta de classes.

Boito trabalha com o conceito de “burguesia interna”, que tem contradições com a política neoliberal em vários aspectos, como a abertura indiscriminada do mercado interno às importações sem protecionismo, ou a paridade artificial entre o dólar e o real que provoca a desindustrialização e a reprimarização da nossa economia e de nossas exportações. A taxa de juros básicos da economia, que foi uma das âncoras do Plano Real e que mantinha o valor do real sobrevalorizado, provocou um endividamento do Estado, um estímulo ao capital financeiro e um desestímulo ao capital produtivo, com um

fracionamento dentro da própria burguesia nacional entre capital produtivo e capital especulativo e financeiro, pois temos no Brasil um capital financeiro forte que é interno. Em contrapartida, os grandes bancos nacionais têm contradições com o capital financeiro internacional, que avançou no mercado interno de crédito e de investimentos e desbancou muito do capital nacional durante os governos tucanos. Mesmo a burguesia interna do capital financeiro tem contradições com o processo de “estrangeirização” da economia dos governos neoliberais, embora se beneficiem da financeirização da economia.

A burguesia interna nacional tem contradições com os interesses do imperialismo, que tem objetivamente o intuito da reprimarização da economia e da destruição da indústria, da entrada das empresas multinacionais para exploração das riquezas minerais, inclusive petróleo, da compra de amplos setores do capital nacional pelo capital transnacional. E a burguesia interna nacional tem contradições com o capital nacional associado.

O autor identifica que antes mesmo do primeiro governo Lula, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve uma aliança entre o sindicalismo combativo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os setores da burguesia nacional ligados ao capital industrial, com o apoio público, aberto e entusiasmado da Fiesp às mobilizações dos sindicatos contra os aspectos do Plano Real que provocavam um recuo nas atividades produtivas industriais, como a paridade do real com o dólar, os juros altos e a abertura indiscriminada aos produtos estrangeiros, todas medidas que colocavam os setores sindicalizados do segmento do operariado ao lado dos interesses dos industriais.

Evidentemente há outras pautas que unificam a burguesia interna com a burguesia imperialista e o capital nacional a ela associado, que são a redução dos direitos trabalhistas, das garantias sociais e do poder de barganha dos sindicatos, assim como há uma crítica comum ao “gigantismo do Estado”, sendo esse último ponto um caso clássico de contradições no discurso e na prática da burguesia interna nacional, que almeja a proteção do Estado na defesa de seus interesses, elemento comum na ação de outras burguesias de outros países na relação com o poder de Estado local, sempre imbuídos de ações que as protegem e estimulam.

O autor e seus colaboradores classificam os governos do PT como governos que prioritariamente atendiam aos interesses da burguesia interna e secundariamente, talvez até residualmente, aos interesses das frações de classes da classe trabalhadora do operariado, da baixa classe média e dos setores historicamente identificados como o lumpemproletariado. No início do período, primeiro governo Lula, é identificada uma continuidade das políticas de FHC, basicamente neoliberais, com a manutenção do “tripé de estabilidade econômica”; no segundo governo Lula vemos a emergência de uma agenda neodesenvolvi-

mentista representada por uma aliança entre essa fração de classe da burguesia interna e frações da classe trabalhadora. Com o neodesenvolvimentismo, há a expansão desse capital interno no agronegócio, no setor de serviços, na indústria de produção de bens de consumo, na indústria da construção civil com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida, na indústria naval e outras que foram beneficiadas pela política do conteúdo nacional da Petrobras. Até o capital financeiro nacional, na figura dos grandes bancos nacionais, se beneficiou e cresceu nessa fase.

No primeiro governo Dilma é identificado o início do processo de confronto com os interesses do capital financeiro, com a redução consistente da taxa de juros da Selic e o protagonismo dos bancos públicos na oferta de crédito aos consumidores individuais e de crédito ao capital nacional em empreendimentos nacionais e em outros países que contassem com empresas nacionais em obras. De forma acertada, é identificada uma inflexão na atuação do capital imperialista e do capital nacional a ele associado juntamente ao capital financeiro (inclusive nacional), que têm todos seus interesses contrariados pela nova matriz econômica. Essa inflexão significou maior agressividade contra o governo, e tinha sido adiada desde a crise de 2008, que levou o capitalismo mundial a uma agenda de redução de direitos, de ajuste fiscal com redução do Estado Social, aumento do Estado repressor e ampliação do poder do capital financeiro, fazendo com que o sistema passasse a um novo patamar de acumulação de riqueza, com um aprofundamento do neoliberalismo. A sintonia das intervenções do capital internacional e do capital nacional associado a ele, juntamente ao grande capital financeiro e à grande mídia, passa a tentar criar no Brasil uma oposição com mobilização de rua contra o governo do PT, inaugurando também uma situação de confronto e desestabilização com as manifestações de 2013 e o início da Operação Lava Jato em 2014.

O autor acerta ao identificar o equívoco no segundo mandato de Dilma que foi não aprofundar essa matriz desenvolvimentista do segundo governo Lula e do primeiro governo Dilma e promover um recuo do poder do capital financeiro com o consequente aprofundamento da agenda desenvolvimentista. Da mesma forma, a pesquisa assinala corretamente que, no segundo mandato de Dilma, a adoção pelo então ministro Joaquim Levy de uma agenda de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários ao lado de uma política de ajuste fiscal que estava em contradição com o programa e o discurso da campanha de 2014 do PT deixou o governo sem base social, ao mesmo tempo que aprofundou os efeitos negativos da crise econômica, potencializando a desestabilização política dos que perderam a eleição em 2014.

A Lava Jato nesse momento tem um papel importantíssimo não somente como a catalisadora do processo de desestabilização e golpe que cul-

minaria com a derrubada de Dilma em 2016, mas como uma operação que colocou fora de combate um setor econômico importantíssimo que poderia se opor ao golpe, o setor das empresas de construção civil, para defender seus interesses ligados à expansão do setor de obras no Brasil e do apoio que efetivamente os governos do PT davam à expansão internacional de seus empreendimentos. A destruição de todo um setor econômico ligado à construção civil e da indústria do petróleo e da indústria naval pela Lava Jato provocou uma recessão forte que favoreceu a desestabilização política ao mesmo tempo em que destruiu ou tornou inoperantes as forças econômicas que poderiam se contrapor ao golpe.

É importante resgatar que, anteriormente, o livro aborda o papel que o setor do agronegócio e da Fiesp tiveram ao apoiar o governo Lula em 2005 no auge da “crise do mensalão”, dando suporte político com declarações muito fortes pela estabilização do governo, aparentemente contrariando seus antigos representantes políticos, o PSDB e o DEM. Os governos do PT contaram com uma aliança ampla para resistir às tentativas de desestabilização de 2003 a 2014, que envolvia frações da classe dominante e dos trabalhadores. O livro não afirma categoricamente, mas nos deixa a possibilidade de interpretar, que o golpe de 2016 se deu pela perda de base social nos setores populares, notadamente nos setores com carteira assinada representados pelo sindicalismo, inconformados com as medidas de ajuste fiscal e com a retirada de direitos, e pela perda de base nas frações da classe dominante que foram imobilizadas ou destruídas pela Lava Jato. Com o aprofundamento da crise política por uma série de fatores, outras frações de classe foram se distanciando do segundo governo Dilma, como o agronegócio e até parcelas do capital financeiro nacional, que até dezembro de 2015 apoiavam o governo e se colocavam contra o *impeachment*. Esses setores compuseram uma aliança pela saída da crise não mais pelo neodesenvolvimentismo, mas pelo ajuste fiscal, pela reforma trabalhista e previdenciária e pelo aprofundamento da financeirização da economia, fenômeno global em rápido processo de crescimento.

A obra nos permite fazer uma análise mais sofisticada da crise e dos seus desdobramentos, identifica frações de classe e as alianças de interesses que se formam e se desfazem a partir da evolução da conjuntura econômica internacional e nacional e nos dá um instrumental de análise materialista que leva em conta não somente a simplificação burguesia/elite/ricos *versus* trabalhadores. O debate sobre o neodesenvolvimentismo lança um desafio sobre um projeto de desenvolvimento. Esse desafio ainda está em aberto, e a obra não apresenta, acredito que não teve essa pretensão, uma alternativa à situação atual, mas categorias de análise e conceitos teóricos importantes e potentes para interpretar a conjuntura.

Seria possível, mesmo depois desse processo de golpe, pensar um processo de desenvolvimento econômico que exclua frações de classe da burguesia interna? Seria possível ter construído um processo de inclusão social sem essa aliança fundamentada nas frações de classe? Atualmente a potência que rivaliza com os Estados Unidos, a China, empreende uma agenda de desenvolvimento econômico que combina planejamento estatal forte com intensa intervenção na política do câmbio e de estímulo às empresas chinesas dentro da China e em todo o mundo. Empresas estatais chinesas são fortes e atuantes, e há o setor privado que é muito importante na economia chinesa e tem representantes até dentro do Partido Comunista Chinês. A estatização total e a supressão do setor privado promovidos pela extinta União Soviética pode ser identificada como uma das causas de sua fragilidade econômica, sem esquecer evidentemente do cerco econômico e da corrida armamentista. Logo, não precisamos pensar em um sistema diferente do capitalismo tendo por base a supressão total da iniciativa privada, que pode ser direcionada, controlada e induzida pelo Estado, e este por sua vez orientado pelos interesses da sociedade.

Os investimentos nas políticas sociais e os investimentos nos setores econômicos da burguesia interna — incluindo aí os financiamentos do BNDES e a política internacional que abriu muitas frentes de negócios para as empresas de engenharia brasileiras — foram apontados como prova de que o governo era apenas secundariamente ou residualmente representante dos interesses populares. Entretanto, a afirmação nos parece demandar um cuidado maior. Quantos milhões de empregos foram criados com essas políticas de apoio aos setores capitalistas? Novamente fazendo uma analogia com o modelo chinês, quantos empregos e poder econômico as empresas chinesas, estatais e privadas, conseguem criar a partir do estímulo estatal, para efeito de comparação? Essa criação de empregos e o processo de inclusão social advindos da expansão do capital não são importantes no processo de reforma social, e por isso aceitáveis como política pública? Em última análise, esses subsídios e apoios ao setor privado tiveram como resultado a ampliação do emprego formal e a diminuição das desigualdades no país.

Evidentemente que faltou ao governo petista uma avaliação correta sobre o processo de crescimento do golpe, de corrosão da base social popular dos governos e de destruição de alguns setores empresariais potenciais aliados, ou cooptação de outros pela tática golpista. Faltou também uma clareza sobre a disputa cultural e de valores conservadores, da articulação internacional do neofascismo e da ação de agências de inteligência sobre o processo político no Brasil, especialmente em conjunto com a Lava Jato. O resultado dessa avaliação decorrerá em um novo programa e uma nova estratégia po-

lítica e de ação na economia e na cultura, mas essa nova estratégia poderá prescindir de alianças com frações de classe da burguesia interna? Parece-nos que não, essa nova estratégia demandará um bloco histórico ou um bloco no poder que envolverá essas frações de classe, com a ressalva de que, sem uma reforma estrutural do Estado brasileiro, qualquer projeto será derrotado pelas forças alinhadas ao capital internacional.

## NOTAS

---

1. Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato do autor: silva filho-penildon@yahoo.com.br.